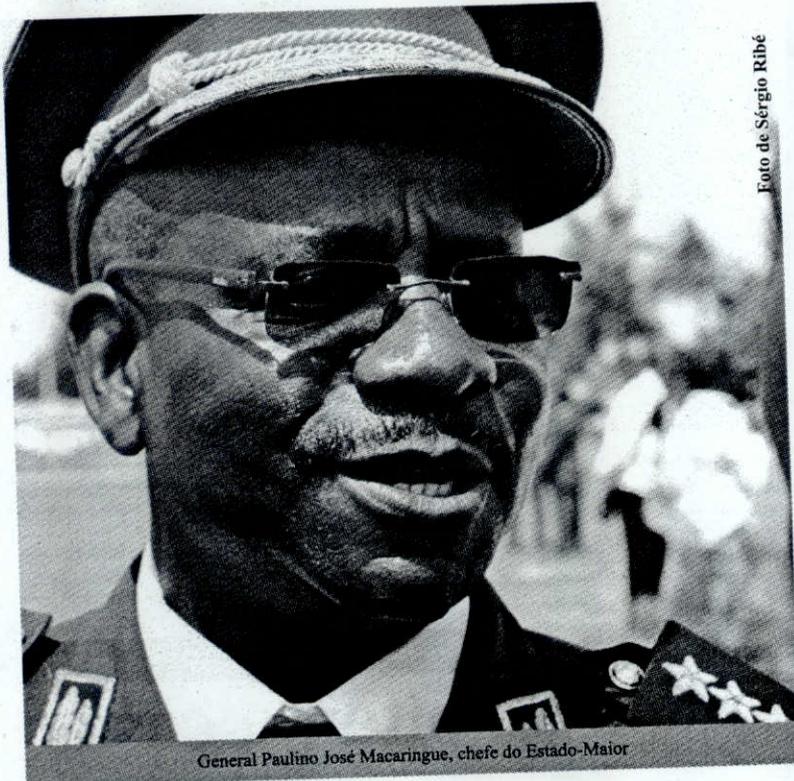


Centrais

Crescem bolsas de descontentamento nas Forças Armadas

Numa instituição onde se diz que se forja a unidade nacional fala-se de amiguismo, nepotismo, tribalismo, regionalismo e o ambiente está de cortar à faca



General Paulino José Macaringue, chefe do Estado-Maior

Edwin Hounnou

O património das Forças Armadas herdado do exército colonial, espalhado pelo País, sumiu todo. Hotéis, residências, messes, supermercados e cantinas passaram para privados, sem concurso público, num processo de "liquidação" que deixou as forças armadas mais pobres ainda. Como se pode ver ainda hoje todo o património da Defesa sumiu. Se se for fazer um levantamento facilmente se verificará o rombo que se deu no património das Forças Armadas. Entretanto há muito descontentamento no seio da instituição castrense, porque as regalias de que uns usufruem não obedecem a critérios claros, segundo os que se dizem prejudicados. Fala-se em roubo de subsídios e suplementos. Fala-se de um conjunto de

problemas sérios nas Forças Armadas. Ouve-se falar deles num tom que preocupa, mais ainda por ninguém saber por onde pegar para que daquela instituição deixem de vir sinais perigosos.

Os hotéis Rovuma, em Maputo; Tivoli, na Beira, e Hotel Nampula, em Nampula, constituem exemplo do património que pertencia às Forças Armadas no período colonial e nos anos subsequentes à Independência, mas hoje são património privado e não se sabe o que o Estado ganhou com essas alienações. São imensos os casos do género. Até quartéis estão a ser alienados sem concurso público.

Estes patrimónios foram usurpados por quem tinha e ainda tem poder. As "boladas" precisavam de investigação aturada da Procuradoria-Geral da República. Mas esta parece ter-

-se tornado uma instituição tão frágil que nem se mexe, tal a manipulação política a que os magistrados estão sujeitos...

Entretanto, pequenos chefes militares abocanharam os subsídios e suplementos a que várias centenas de militares têm direito. O diferencial do ajustamento salarial está a enriquecer algumas pessoas, tanto quanto se queixam fontes que nos procuraram para nos pedirem que levantássemos os problemas que estão a suceder na instituição castrense.

Os autores desses roubos continuam impunes nas FADM. Estão nas mesmas funções. Tudo se passa sem o menor problema. Nas FADM está instalada a desordem e desorganização, contam-nos. É o preço da indiferença. Uns de um lado outros do outro vão-se servindo do prato das insti-

tuições. A esmagadora maioria também na Casa Castrense assiste espantada para o cortejo de algumas sangue-sugas.

Roubo de subsídios e suplementos

O diploma ministerial n.º 0001/2006, do Estatuto remuneratório das FADM, aprovado pelo Decreto n.º 29/99, de 04 de Maio, estabelece que, para além do vencimento base, são atribuídos aos militares os diversos suplementos (condições especiais de trabalho e de chefia, riscos especiais de trabalho, qualificação técnica e científica, pela qualidade, eficiência e zelo).

Segundo o decreto, são atribuídos aos militares subsídios de alimentação e ajudas de custo. Foram definidas medidas com vista à execução do preceituado no referido diploma, em atenção ao preceituado no artigo 36 do mesmo diploma ministerial, assinado pelo ministro da Defesa e pelo ministro das Finanças, a 24 de Setembro de 2009, produzindo efeitos a partir de Outubro de 2006.

Entre os elementos da comissão para gerir a verba constam elementos do Departamento de Pessoal do Estado-Maior General, EMG, e Departamento da Administração Logística e Infra-Estruturas. À margem dos indicados para a comissão de pagamento de salários, imiscuíram-se chefes de repartição da Contra Inteligência Militar e dos Recursos Humanos e Financeiros que alteraram os mapas de pagamentos a seu favor, denunciaram as fontes.

Centenas de militares viram os seus nomes excluídos de suplementos e salários harmonizados, com fundamento de que constavam da lista para serem desmobilizados. Assim, um punhado de "malandros" beneficiários da verba fez cálculos de salários em seu benefício, incluindo os subsídios e suplementos em de-

trimento dos demais militares. Cada elemento da comissão e dos intrusos aufere, hoje, salários evidentemente superiores em relação aos restantes militares, mesmo em casos em que a função, grau de formação militar e académica, e patente sejam iguais, refere quem nos procurou para denunciar o que se passa nas Forças Armadas.

Uma grande desordem...

Verifica-se, ainda, a exclusão em relação ao subsídio de transporte. É atribuído, apenas, aos que têm viaturas próprias. Os que não têm viatura própria é como se não trabalhassem. Não têm direito, acrescentam as fontes.

Caso idêntico acontece em relação aos oficiais que vivem em imóveis arrendados pelo Estado. Embora do mesmo nível, se o Estado não tem casa para lhes dar esses oficiais têm de suportar, por eles próprios, os encargos das rendas das suas habitações.

Entretanto há militares que possuem casas próprias, mas vivem em bairros militares, tendo arrendado as suas casas. Não há critério. Está instalada a desordem total e cresce o descontentamento, asseguram-nos as fontes que nos procuraram.

Os oficiais que exercem funções cuja comunicação é imprescindível são obrigados a assumirem os encargos financeiros pelo uso de meios próprios tanto de telefone quanto de transporte.

Os oficiais que passam à reserva, não recebem o bónus de reinserção social corresponde a nove meses do seu salário, eis outro problema que nas próximas edições contamos abordar já do ponto de vista da instituição militar a quem iremos ouvir.

"A campanha de desmobilização - diferentemente de passagem à reserva - não obedece aos trâmites legais. Baseia-se no tribalismo, regionalismo, favoritismo, apetências pessoais do actual CEMG, como foi o caso da passagem forçada à re-

serva do antigo comandante da Marinha, natural de Tete, para substituí-lo por um comandante de Infantaria, oriundo do Sul". É esta linguagem que não havia nas Forças Armadas mas está a começar a corroer a instituição.

"Desvinculações com base em regionalismo"

Os militares dizem não entender os critérios que estiveram por detrás da nomeação do actual Chefe do Estado-Maior General (CEMG), general Paulino José Macaringué, que na altura da sua indicação se encontrava a viver na África do Sul por razões pessoais.

"A desmobilização de oficiais do quadro permanente em curso nas FADM tem como fundamento a tribalização das forças armadas", é entretanto o que se ouve dizer. "As forças armadas que já foram uma escola de unidade nacional estão a ficar minadas por casos perigosos e preocupantes". "Há processos feridos de vícios e de ilegalidades". Disto tudo um pouco se vai ouvindo de militares.

O General Paulino José Macaringué, chefe do Estado-Maior, "está ser acusado de pretender desmantelar o contingente de militares com incidência especial para os oficiais oriundos das regiões Centro e Norte", dizem-nos as fontes.

"O tribalismo nas FADM está ao rubro", contam-nos. É o culminar de ideia que teve alicerces em 1994, na altura da unificação dos ex-beligerantes num exército único. Desde que foi assinado o Acordo Geral de Paz a ideia é desmobilizar a Renamo uma organização composta por gente, maioritariamente, do Centro e Norte, e desmobilizá-los. Entendem os militares que nos contactaram, que "há um mal-estar grande que se estar a avolumar" sem solução até aqui apesar de muito se falar para que não falte oportunidade de resolver os muitos problemas já identificados.

As promoções, nomeações, bolsas de estudo, cursos de promoção a general, nomeação para adido militar são em obediência a critérios estranhos que nada têm a ver com o que deve acontecer numa instituição como as Forças Armadas. "Funciona para conterrâneos, há amiguismo e nepotismo, como aconteceu no caso do anterior director da Política Económica do Ministério da Defesa, da região Centro, que tinha sido



Foto de Sérgio Ribé

indicado para adido militar na Rússia, viu a sua nomeação alterada e, para o seu lugar, avançou um outro oficial, do Sul".

Potenciais alvos a abater

Dizem-nos as fontes que há um plano para tribalizar as Forças Armadas que passa por vários passos e abrange:

a) Grupo de oficiais que, de acordo com altos interesses da defesa nacional, mantinham estreitas relações de subordinação e de trabalho com o anterior CEMG. Para esses, as medidas são mais severas quando os visados se identificam com as regiões Norte e Centro do País. A postura do CEMG influencia a actuação do Departamento de Pessoal, na nomeação, transferência, promoção, formação, afectação, atribuição de patentes, etc.

b) A prioridade vai para o grupo formado por oficiais das regiões Centro e Norte do País, cuja desmobilização é antecedida de destituição e desafecção, colocando-os em situação de novas ordens durante um longo período de tempo. A desmobilização ocorre com falso argumento de que a estrutura orgânica não os acomoda.

Desapareceu o património das FADM

Quando da nomeação do ge-

neral Paulino José Macaringué para CEMG, pairou um ambiente de esperança nas FADM, pelo facto de, o novo timoneiro ter feito promessas no sentido de que tomaria diligências para melhorar as condições dos militares à altura da dinâmica que se impõe. Para tal, dizem-nos, prometeu que a tabela de salários basear-se-ia nos exércitos da região e chamaria de volta o património das forças armadas agora em mãos alheias, como:

- Reversão da Manutenção
- Reversão do Clube Militar
- Reversão dos Supermercados
- Reversão dos Hotéis Militares
- Reversão das Messes
- Reversão das Pensões
- Reversão de Residências oficiais
- Reversão dos estabelecimentos e Casas de Lazer nas praias e bens patrimoniais alienados ou atribuídos a indivíduos com base em processos feridos de vícios de crime de corrupção.

Porém, tudo continua como dantes, em mãos alheias, dizem-nos. "Macaringué não fez nem está a fazer o que prometeu".

Sentimento de mal-estar

Dizem as fontes que durante a primeira visita aos comandos de ramos e unidades militares, o CEMG manifestou atitude que

em nada lhe é abonatória perante paradas alusivas à sua visita. As paradas foram organizadas em cada unidade militar segundo o plano da visita, de tal forma que estivessem presentes desde o praça ao oficial, funcionários e populações circunvizinhas.

Contam as fontes que nos procuraram que foi nesse ambiente que o CEMG proferiu palavras e expressões humilhantes contra os que ascenderam a general antes dele. Perante soldados, e não só, proferiu impropérios contra generais e oficiais. Ao revelar tal postura, o CEMG tomou "atitudes de soma zero". "Humilhou seus subordinados perante a multidão, revelou ser um sem carácter, e assim o acusam no seio das forças armadas".

O ambiente, como se pode ver por estas afirmações que registámos, está de cortar à face.

Factores de descontentamento nas FADM

Um dos factores relevantes da propensão do descontentamento prende-se com o facto de os oficiais do quadro permanente oriundos das FPLM, alguns dos quais combatentes da luta de libertação, terem-se tornado também vítimas de exclusão. Engrossam o grupo de contestatários. Não se acham culpados por se terem filiado nas FPLM enquanto provenientes do Centro e Norte mas dizem-se tam-

bém vítimas como os outros que vieram de outros exércitos do tempo da guerra civil.

Alguns excluídos só começaram a receber a partir de Janeiro de 2008, isto é, 15 meses depois do que lhes foi prometido e dizem estar previsto na lei. Mas não lhe foram pagos retroactivos. Por isso andam descontentes. Queixam-se que o processo de regularização de pagamentos está prenhe de irregularidades.

Os que se dizem excluídos estão sendo desmobilizados sem se ter em conta que o Estado lhes deve muito dinheiro. Disso se queixam.

Queixam-se vários militares que nos têm vindo a procurar que o actual CEMG interrompeu cursos de formação média que eram ministrados na Escola Militar de Nampula. Dizem-nos que a formação resultou de um plano com vista a elevar o nível académico das FADM que já haviam passado para o quadro permanente das FADM. Dizem-nos que isto prejudica um grupo de militares que estiveram nas operações da luta de libertação nacional, do período das agressões rodesianas e outros ainda do período da guerra civil.

As queixas nas FADM são muitas. Há grupos com motivações diferentes a reclamarem por todos os cantos. As Forças Armadas pelo que se pode perceber, no mínimo precisam de quem lhes dê mais atenção. (Canal de Moçambique)